

Para discutir os rumos da universidade, na quinta, 17/3, professores e estudantes se reuniram em debate organizado pela APROPUC, Centros Acadêmicos e grupos que compõem o movimento estudantil da PUC-SP.

No debate, *Deliberação 01/2011 - Como ficamos e para onde vamos?*, a questão da

precarização do trabalho e do ensino foi discutida pelas professoras Priscilla Cornalbas, diretora da APROPUC, Mathilde Maria Melo, da Faculdade de Ciências Sociais, e pelos estudantes Thiago Ribeiro Pereira (Psicologia) e Vinícius Patrício (Ciências Sociais).

Ao final do debate os representantes da APROPUC propuseram a criação de um Comitê Unificado para aprofundar as questões levantadas.

Segundo a professora Beatriz Abramides, presidente da APROPUC, o debate, que contou com significativa participação de estudantes e professores colocou na universidade uma questão que ainda não havia sido tocada com maior amplitude esse ano.

EFETIVAÇÃO DO COMITÊ

A primeira reunião do Comitê Unificado, que deve ser composto por professores, estudantes e funcioná-

PROFESSORES E ESTUDANTES JUNTOS NA LUTA CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA PUC-SP

rios, ocorreu na terça, 22/3, na sede da APROPUC. Com representantes de diversos Centros Acadêmicos, grupos, estudantes e professores, além de ex-alunos, um balanço do debate foi realizado, além da discussão de perspectivas de atuação.

O Comitê pretende avançar em um calendário de mobilizações den-

tro da universidade, que unifique os três setores. Para que essa unidade seja possível, o comitê necessita da participação dos professores, dos estudantes, que compõe os CAs ou independentes, e dos funcionários da universidade.

Além dessas políticas o comitê já tirou sua solidariedade e apoio aos bol-

sistas e ex-bolsistas da PUC-SP que têm dívidas com a universidade e vêm sendo vítimas da política financeira da instituição.

CONTRATO DOCENTE

Junto a essas mobilizações, uma comissão de trabalho para entender os problemas e demandas dos contra-

tos dos professores vem se reunindo todas as quartas, às 17h, na sede da APROPUC. A comissão foi proposta pela assembleia dos professores de 15/2 e já elaborou um documento que foi publicado pelo *PUC-viva*.

A comissão é aberta a participação de todos, e sua próxima reunião será no dia 30/3.

Vitória dos estudantes!

Na segunda, 21/3, o reitor Dirceu de Mello e o pró-reitor de relações comunitárias, professor Hélio Deliberador se reuniram novamente com os estudantes de diversos CAs e Coletivos para discutir as pautas referentes à ocupação de 2010.

A necessidade de reuniões houve, pois o acordado como condição para desocupação dos estudantes da Reitoria

em novembro do ano passado não havia ainda sido em sua totalidade implementado.

Os avanços foram significativos. O preço do bandeirão será reduzido para R\$ 6,00 e sua diferença do valor atual subsidiada pela Fundação São Paulo, diferente do proposto anteriormente pela Reitoria, de apenas 100 estudantes serem beneficiados com essa medida.

Além disso, a mais significativa medida foi a aber-

tura de um edital no mês de abril com 100 bolsas integrais custeadas pela instituição. Desde 2009 a universidade não abria edital de bolsas. Na reunião anterior, a Reitoria havia estipulado bolsas de apenas 50%, diferente do valor integral colocado na negociação. Os estudantes exigiram também, que inadimplentes pudessem concorrer a esse edital de bolsas, proposta aceita pelos gestores.

EDITORIAL

Pelo direito de manifestação, fim das leis repressivas

Nos últimos meses, têm crescido os movimentos sociais. No dia 15 de março, os operários da hidrelétrica de Jirau (Rondônia) realizaram um levante contra a exploração do trabalho pela empresa Camargo Corrêa. O estopim do protesto foi a agressão sofrida por um operário pelo condutor do transporte coletivo, a serviço da usina. Em pouco tempo, os manifestantes descarregaram o ódio de classe sobre os prédios de alojamentos, refeitórios, ônibus, caixa de banco e escritório da empresa. Mas por trás dessa fúria, estavam e estão as péssimas condições dos alojamentos, a comida ruim, o autoritarismo dos encarregados, a repressão da polícia patrimonial, as horas-extras não-pagas, a farsa das licenças remuneradas para visita aos familiares, os baixos salários e as longas jornadas de trabalho.

A Camargo Corrêa agiu violentamente contra os operários. Houve a intervenção do governo Dilma para conter o movimento. Por meio da repressão policial, doze mil trabalhadores foram retirados da usina, espalhados no ginásio de esporte, em clubes da cidade e parte recebeu a passagem de volta para seus estados de origem. A usina está paralisada. A Camargo Correia se encontra protegida pelas leis e pelo dinheiro público. E os operários, vivendo amontoados como animais nos alojamentos improvisados.

Um outro fato de repressão ocorreu na visita do imperialista Obama. Sua presença causou protestos da esquerda. A manifestação de 18 de março no Rio de Janeiro foi reprimida por ordem do governo brasileiro e como exigência da polícia norte-americana. A prisão de 13 manifestantes, o deslocamento para os presídios e a permanência até a saída de Obama do Brasil mostram bem o caráter de classe do governo e a submissão à política dos Estados Unidos.

Em São Paulo, o movimento do "Passe Livre" vem sendo reprimido. As manifestações contra a elevação das tarifas têm ganhado as ruas da capital, semanalmente. O movimento foi uma resposta à brutal alta dos preços dos transportes coletivos. O preço das passagens faz parte da elevação do custo de vida. A juventude sai às ruas em defesa do Passe Livre para estudantes e desempregados, da estatização dos transportes coletivos e do salário mínimo vital. O prefeito

Kassab protege os empresários e golpeia o movimento social com a polícia.

No Rio Grande do Norte, os professores municipais estão a mais de um mês em greve. Seus salários não permitem as condições mais elementares de existência. A prefeita Micarla recorreu à Justiça e essa impôs pesada multa ao sindicato, caso não suspenda a greve. Como se vê, a indústria da multa contra os movimentos é uma das formas de silenciar os assalariados.

As manifestações estão expressando o descontentamento dos trabalhadores e da juventude com a política governamental e patronal. Mas compõem de forma isolada. Não há uma unidade dos movimentos para impor as reivindicações por meio da luta. A grande maioria dos sindicatos e Centrais se encontra submetida aos governos e dependente de cargos e dinheiro (imposto sindical). Trata-se de um entrave que somente o movimento social poderá desfazer. A burocratização e estatização dos organismos dos trabalhadores e estudantes têm avançado e anulado sua função elementar, que é a proteção da força de trabalho contra a exploração capitalista e a defesa das reivindicações da juventude oprimida.

A crise econômica mundial que golpeia, nesse momento, os trabalhadores e a juventude da Europa certamente atingirá nossas fronteiras. A elevação dos preços dos produtos da cesta-básica, a inflação que dá sinais de descontrole, o crescimento da dívida pública, a elevação das tarifas e a miséria imposta a milhões de trabalhadores e aposentados com o salário mínimo de R\$ 545,00 sinalizam as tendências de lutas dos explorados. Os governos criminalizam os movimentos, penalizam os sindicatos com multas e fazem valer a lei anti-greve. A resposta dos trabalhadores e da juventude só pode ser a luta por suas reivindicações. A força dos movimentos dependerá da coesão, da unidade e do combate às direções sindicais pró-governo e pró-capitalistas.

É necessário fazer um movimento em defesa das reivindicações democráticas e sindicais. Trata-se do direito de manifestação coletiva e do direito irrestrito de greve. Está colocado constituir comitês contra a violência estatal e pelo fim da criminalização dos movimentos.

Diretoria da APROPUC

SEUS DIREITOS

Professores e funcionários devem ficar atentos à contribuição ao INSS

Em janeiro entrou em vigor a nova tabela de contribuição ao INSS. Os professores que trabalham em mais de uma escola devem ficar atentos ao teto de recolhimento, que passou para R\$3.689,66, para não contribuir mais que o necessário. O valor máximo de desconto mensal que o trabalhador poderá ter é R\$ 405,86.

A tabela traz novas alíquotas de contribuição que devem ser observadas com cuidado pelos professores para saber quanto as mudanças podem afetar os descontos no holerite. Esses novos valores serão aplicados apenas nos próximos salários (vencimentos de janeiro, que serão pagos em fevereiro).

Os docentes que recebem salário acima do teto numa das escolas devem solicitar declaração de que já são descontados pelo

teto e encaminhar à outra instituição onde trabalham para não ter mais desconto algum.

No caso dos professores que não recebem o teto em nenhuma das escolas, o desconto será proporcional em cada uma delas.

Em qualquer das situações, a instituição precisa ser informada sobre sua remuneração total, através de um formulário preenchido no departamento pessoal. Pegue o formulário em uma instituição e o entregue ao outro local de trabalho para que ele possa ser complementado.

Caso a contribuição tenha sido feita acima do teto nos últimos cinco anos, o professor tem direito à restituição desses valores. A restituição deve ser requerida na Receita Federal.

Fonte: Sinpro/SP e INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL

Salário-de-contribuição(R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até R\$1.106,90	8
de R\$1.106,91 a R\$1.844,83	9
de R\$1.844,84 até R\$3.689,660	11

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Ilustração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Evento lembra a Comuna de Paris

No dia 24/3, diante a sala 333 completamente lotada, foi realizado o debate *A Comuna de Paris: 140 anos depois*. Promovido pela Instituto Caio Prado Jr. e com apoio da APROPUC e do Núcleo de Estudos das Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), o debate teve participação de Armando Boito e Joaquim Quartim de Moraes (Unicamp), Valério Arcary (IFSP) e Antonio Carlos Mazzeo (UNESP). A mediação ficou por conta de Milton Pinheiro (Unep).

Representando APROPUC e NEILS, respectivamente, Bia Abramides e Lúcio Flávio de Almeida abriram as falas. Bia comentou que da Comuna de Paris podemos "tirar lições, erros e acertos, para melhor entender a luta de classes na época e em sua contemporaneidade". "Entendemos que a universidade deve estar colada com essas lutas dos trabalhadores", concluiu a presidente da APROPUC.

Lúcio Flávio de Almeida comentou que o tema é de uma atualidade imensa, pois reflete como a conquista do poder político pode influir na transformação da sociedade capitalista. Ele lembrou que a PUC-SP sempre cria espaços de discussão e criação de diversas lutas populares. "Estamos mantendo o bom costume de lembrar as lutas sociais e aprender com elas", comentou o professor.

O DEBATE

Em sua fala, Valério Arcary refletiu sobre noções centrais importantes para entender a Comuna de Paris. Ele comentou que Estados derrotados em guerras geram crises que podem virar revoluções. "A Comuna de Paris foi a primeira dessas revoluções e também foi a primeira insurreição vitoriosa", comentou Arcary.

Derrotados da Guerra Franco-Prussiana, com o território invadido pelas tropas Prussianas, e a prisão do Imperador Francês, a Guarda Nacional e os proletários anunciaram a Comuna, ou o Governo da Cidade. "A Comuna foi o embrião de um governo dos trabalhadores sem a presença dos grandes proprietários", refletiu Arcary.

Joaquim Quartim de Moraes comentou que mesmo algumas manobras do governo francês, como a criação do Governo de Defesa Nacional, tentativa de desarmar a população e a chamada para eleições, não foram suficientes para barrar a insurreição da Comuna de Paris. "Essas medidas não amenizaram a tensão de uma população que vivia com fome", comentou Quartim de Moraes.

O professor também lembrou que Karl Marx acompanhou atento as movimentações na França. "No começo, Marx mostrou prudência e temor, pois o povo estava cercado em uma verdadeira ra-



VALERIO PAIVA

Acima, mesa de debate Comuna de Paris: 140 anos depois. Da esq. para dir. Valério Arcary, Armando Boito, Milton Pinheiro, Antonio Carlos Mazzeo e Joaquim Quartim de Moraes

toeira. Depois, com a insurreição, mostrou solidariedade integral".

Segundo Antonio Mazzeo, a Comuna de Paris é o clímax de uma movimentação popular que teve início na Revolução Francesa. "A política de Napoleão L'petit criou uma crise interna, por evidenciar a luta de classes e externa, por criar conflitos nos interesses imperialistas", comentou. "A Comuna é a primeira vez que os trabalhadores se colocam no poder, pretendem desmontar a velha ordem se organizando e desmontando o antigo estado burguês e seus agentes repressores. Para alcançar justiça social, a Comuna radicalizou a igualdade", comentou Mazzeo.

Por fim, Armando Boito afirmou a forte tendência socialista e igualitária da Comuna de Paris, que

chegou a ser questionada por alguns historiadores. Ele lembrou que Paris já tinha um proletariado moderno, com quase 455 mil trabalhadores assalariados manuais e as ideias fortes de igualdade, fim da propriedade privada e ação revolucionária que eram debatidas nas assembleias. "Mesmo sem ter clareza, a Comuna tendia ao Socialismo", concluiu.

SEMANA COMEMORATIVA

Entre os dias 23 e 27/5, a APROPUC, o Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), o Núcleo de Estudos de História e o CCA da PUC-SP promovem uma semana comemorativa dos 140 anos da Comuna de Paris. Nas próximas semanas estaremos divulgando a programação completa.

Direito discute com o reitor situação de professores com poucos créditos

Os professores do curso de Direito receberam carta da direção da Faculdade dando conta das discussões da direção com o reitor Dirceu de Mello, onde foi questionada a aplicação das deliberações nº 01 e 02 do Consad, em face das peculiaridades do curso de Direito. Segundo o professor Marcelo Figueiredo, os docentes de Direito exercem as suas atividades concomitantemente ao magistério e outras ativi-

dades peculiares à sua carreira. Dessa maneira estariam justificados os contratos com poucos créditos que vêm caracterizando o curso ao longo dos últimos anos.

Alguns professores, porém, relataram ao *PUCviva* que, em primeiro lugar, a discussão sobre esta questão deveria ser ampliada para todo o corpo docente da universidade antes de ser levada aos gestores, para que ela representasse legi-

tivamente uma posição coletiva. Para estes professores, embora não esteja excluída a possibilidade do exercício conjunto de outras atividades concomitantes à docência, o espírito universitário demanda do professor um envolvimento maior que a docência em sala de aula, exigindo um comprometimento com a pesquisa e extensão, fato que com dois ou três créditos é praticamente impossível de ser viabilizado.

Por outro lado, a questão de envolvimento profissional com o mercado transcende o curso de Direito e atinge outros setores da universidade como Jornalismo, Psicologia ou Economia, cujos profissionais, pelas próprias exigências acadêmicas, provêm de diferentes setores profissionais ligados ao mercado de trabalho, não podendo o Direito constituir-se em única exceção.

GAUCHE NA VIDA

Em defesa da autodeterminação da Líbia

Somente o povo líbio pode acabar com a ditadura de Kadafi e responder à sua violência reacionária. Fim do intervencionismo imperialista!

**Erson Martins
de Oliveira**

Os bombardeios pelas potências às posições de Kadafi modificaram completamente a situação da guerra civil na Líbia. Não mais estão em confronto duas forças internas: a do levante de Benghazi e a do regime despótico de Muamar Kadafi. A ação bélica da coligação imperialista sobrepõe-se ao conflito e modifica seu conteúdo histórico, econômico e social. Impõe-lhe a ditadura colonialista e os interesses do capital internacional.

Apenas formalmente os Estados Unidos, França e Inglaterra estão do lado dos insurretos do leste. É um erro admitir que as fulminantes armas dos colonialistas foram colocadas a serviço de uma revolução que tomou a forma de guerra civil. Absolutamente, não! O fato é que as forças que se insurgiram contra a ditadura não ganharam a maioria da população. Kadafi conseguiu estancar a hemorragia de seu governo e convencer o oeste de que era preciso esmagar a insubordinação. O movimento revolucionário somente triunfaria se Trípoli aderisse. Não sendo assim, poderia ser derrotado. É o que se vislumbrou com a contra-ofensiva militar da ditadura e com a demonstração das debilidades dos sublevados.

Justamente nessa situação, o imperialismo tomou a decisão final de destruir Kadafi pela intervenção. Essa via não é a do movimento revolucionário, mas sim da contra-revolução imperialista. A possibilidade de derrubar o regime por meio de uma revolução

democrática se desfez. No seu lugar, sobreveio a solução externa, com a força militar das potências e com os fundamentos do capital internacional. Não se coloca, portanto, a bandeira de abaixo a ditadura de Kadafi, enquanto a revolução não reassumir seu curso inicial. Para isso, é preciso combater a invasão imperialista e derrotá-la.

Um dos comandantes do ataque à Líbia, o general inglês Greg Bagwell, considera que a Força Aérea do País já não mais existe. "Tiramos seus olhos e seus ouvidos" - é o que diz. A Força Aérea e o sistema de defesa da Líbia são um brinquedo perante as armas de última geração das potências.

Nunca o imperialismo alcançou tamanha capacidade de destruição como agora. E também nunca houve uma hegemonia de uma potência como a alcançada pela burguesia americana após a 2ª Guerra. Não haveria o cerco militar à Líbia caso não fosse uma decisão dos Estados Unidos. Lembremos que George W. Bush desconheceu o Conselho de Segurança da ONU em sua decisão de ocupar o Iraque.

Desta vez, Obama se pautou pelo "multilateralismo". Com dois países invadidos e não "pacificados" pelo intervencionismo, não era conveniente tomar a dianteira. Permitiu que a França o fizesse, mas apenas como iniciativa política. Com a cobertura européia, os navios e os aviões dos Estados Unidos dariam as ordens. Os motivos alegados pelo imperialismo americano em suas guerras no Iraque e Afeganistão, em parte,

são distintos, mas no fundamental são os mesmos.

Há necessidade imperiosa dos Estados Unidos manterem sua hegemonia em situação de declínio econômico. A Líbia faz parte desse processo. Mas a eclosão da guerra civil a antecipou em relação ao Irã. Esse é sim o objetivo estratégico com o qual se preparava um conflito muito mais complicado e amplo que o do vizinho Iraque. A necessidade de intervenção na Líbia se colocou inesperadamente. Kadafi havia se tornado um bom déspota. Entre o regime democrático burguês e o ditatorial, o imperialismo fica com o que melhor o serve. Não faz senão seguir a lei histórica da dominação do capital financeiro da época imperialista.

Não há maior problema para o imperialismo do que as insurreições revolucionárias contra as monarquias e as ditaduras antinacionais e antipopulares. Sob a emergência dos explorados, mesmo que não concluam com revoluções sociais, mesmo que não imponham transformações democráticas radicais, podem obrigar um reordenamento das forças burguesas e pequeno burguesas, desfavoráveis à disciplina imperial em toda a região. Está aí por que a Líbia se tornou um significativo obstáculo à política do imperialismo.

O cerco por mar e ar da Líbia constitui um ataque ao país semicolonial, de economia atrasada e incapaz de se defender numa guerra convencional. Não se pode separar a ditadura de Kadafi do país. Isso mesmo em situação de guerra civil. O imperialis-

mo atua por cima do país, das partes em luta e do conjunto da população. A derrubada do governo não será produto da guerra civil, mas da violência contra-revolucionária desfechada pelas forças externas e estranhas às massas, às classes sociais, às tribos e ao conjunto de relações históricas da Líbia.

A Resolução da ONU expressa o adiantado estado de putrefação do capitalismo mundial e de degenerescência da burguesia internacional. Representa a mais completa negação do direito à autodeterminação dos povos. Confirma a tese de que os Estados Unidos e sua coligação imperialista podem bombardear qualquer país, seja lá o motivo que aleguem. E reflete as tendências bélicas da crise mundial.

A classe operária internacional, as massas exploradas e a juventude devem rechaçar a via imperialista de derrubada da ditadura de Kadafi. Devem defender a bandeira de autodeterminação das nações: somente as massas líbias podem se livrar ou conservar o regime sanguinário e obscurantista de Kadafi.

Erson Martins de Oliveira é ex-professor da PUC-SP

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Resposta da direção da Faculdade de Direito

O Jornal *PUC Viva* publicou matéria assinada pelo "Grupo Construção Coletiva", intitulada "A Máfia das DPs Ataca Novamente", obrigando a Direção da Faculdade de Direito a responder uma vez mais (e a última), uma série de inverdades.

"GRUPO" não tem endereço, "GRUPO" não tem R.G; "GRUPO" não tem personalidade ou responsabilidade jurídica; "GRUPO" não tem assinatura, "GRUPO", segundo o nosso velho Aurélio Buarque de Holanda é na quarta qualificação uma: "Pequena associação ou reunião de pessoas ligadas para um fim comum".

Desconsideramos por agora os termos ofensivos da correspondência. Caso alguma norma tenha sido violada, os responsáveis deverão responder por seus atos.

Não devem por covardia se esconder sob o rótulo de "GRUPO X" ou "Y". Não é autoritário quem pretende que seus atos sejam responsabilizados pelo Direito.

É covarde, medíocre e desleal quem distorce a verdade para beneficiar-se de uma versão falseada da realidade.

1ª) Sobre a eleição de representantes discentes pelo Centro Acadêmico "22 de Agosto".

Resposta da Direção: Apresentou-se uma celeuma sobre a validade dos mandatos dos representantes anteriormente eleitos e sua extensão. A Direção democraticamente, uma vez mais aceitou que os representantes anteriores participassem e votassem na reunião, embora houvesse dúvidas a propósito da extensão e do período final de seu mandato, bem assim se haveria obrigação dos representantes de comunicarem o final de seus mandatos. Nenhum membro do Conselho, discente ou docente impugnou aquela participação dos dois "antigos" representantes. Assim inócua e vazia essa discussão.

A Direção em "audiência pública" anterior aceitou o direito de participação de cinco representantes discentes eleitos, mas apenas dois com direito a voto. Não há, portanto, nenhuma mudança de posição. Pura demagogia do "GRUPO"!

2ª) Fim da Maximização dos Contratos dos Professores, Incentivo a Pesquisa e a Extensão, Valorização da Biblioteca, Fortalecimento do Escritório Modelo, Avaliação de Professores.

Não são assuntos que estavam na pauta da reunião do Conselho da Faculdade anteriormente enviada aos senhores conselheiros. Trata-se de conhecida manobra política-partidária, de colocar uma série de assuntos que não estão pautados na reunião, para assim deslocar a atenção e o foco dos presentes do ponto objeto de discussão naquela reunião: aumento da média no processo de avaliação do corpo discente que como se sabe subiu para 7,0 (sete) a partir de 2012 para todos os alunos da Faculdade de Direito, inclusive com os votos dos representantes discentes presentes. Vê-se então que não eram contra a média 7,0 (sete). Queriam mesmo é confundir, esquecendo-se que a eleição já passou!

Todos os demais assuntos estão sendo tratados nos foros adequados, por toda a equipe da Direção. Seu estágio e avanço comunicados *incontinenti* aos interessados por correspondência, por e-mail e em reuniões com as autoridades constituídas da Universidade.

Não cabe finalmente à Direção responder, justificar-se ou prestar contas a um "GRUPO" indeterminado ou fluído como esse que se apresenta (?). Não é a ele que, regimental ou estatutariamente responde o Diretor ou sua equipe de trabalho.

Nada impede que o "GRUPO" defenda interesses dos Professores, podendo inclusive,

para esse efeito encampar propostas e ações da APROPUC.

Nada impede que o "GRUPO" faça doações, contribuições aos professores e ajude suas entidades de classe, de todas as maneiras possíveis.

3ª) A Postura do "GRUPO" e a "DEMOCRACIA" na PUC-SP

O "GRUPO" não consegue compreender que uma coisa é a Universidade como espaço democrático, outra, bem diferente, é a pseudoutilização do conceito democrático para perverter e perturbar o livre desenvolvimento das relações de ensino, pesquisa e extensão. O espaço da sala de aula, enquanto momento de ensino-pesquisa e aprendizagem na relação professor-aluno não é necessariamente um espaço de exercício da democracia!

Não vamos confundir o mundo das ideias e a manifestação do pensamento com a obstaculização das Instituições e das autoridades legalmente investidas em seus postos e funções.

É inquestionável e até agora insolúvel no mundo contemporâneo, a assimetria (histórica) presente na relação aluno (na)- professor (ra). Ela é parte do processo educacional. Não vamos resolvê-la no grito ou no apito.

O "GRUPO" apoiado ostensivamente por partidos políticos "nanicos" (dos quais não tenho nada contra), que não lograram representatividade nos Parlamentos nacionais, regionais ou locais, querem fazer o proselitismo de temas ou levantar bandeiras para as quais não conseguiram emplacar ou desfaldar a militância nas praças públicas. Querem lograr apoio político para teses e bandeiras "genéricas" a partir dos Conselhos Universitários! Usem para isso outros espaços: a praça pública, as rádios comunitárias usem os espaços públicos e coletivos, usem os espaços internos da

Universidade, usem o "pátio da cruz" (bem espaçoso por sinal), usem e abusem de seus parceiros corporativos internos, mas não perturbem os espaços de reflexão e de crítica que são sagrados no ambiente universitário. Entrem em contato com a Pró-Reitoria Comunitária que ela certamente poderá orientá-los de como agir na Universidade sem perturbar os seus trabalhos. Já há muita poluição visual na PUC com temas e matérias completamente estranhas às nossas preocupações culturais.

É claro que é uma medida importante, dentre tantas outras que logramos implementar. Ela não foi tomada por razões conjunturais, mas com os olhos postos no futuro da Faculdade. Dentre tantas medidas que vêm sendo adotadas, recordem-se as seguintes: I) os convênios internacionais e os intercâmbios internacionais que já beneficiaram dezenas de alunos do Direito; II) a completa mudança, reestruturação e modernização do programa e da grade das disciplinas da Faculdade de Direito, III) A implantação das disciplinas optativas e da interdisciplinaridade que vem possibilitando uma maior mobilidade entre os alunos da Universidade e o aproveitamento de seus estudos; IV) O plantão das coordenadorias de Curso que tem atendido centenas de alunos perdidos, normalmente enviados da SAE, quase que diariamente. Quase meio século de experiências das Secretarias das Faculdades não devem ser desconsiderados; V) o atendimento personalizado e a montagem de planos de estudos e de trabalho conforme as exigências de cada aluno ou aluna do primeiro ao quinto ano (ou semestre); VI) A luta perante a OAB para prestigiar o quarto e quinto ano, violentados

Continua na próxima página

**Continuação da
página anterior**

pelo precoce exame de Ordem que conflita com a legislação federal e de ensino, e tantas outras medidas.

4º) As Dependências, os Bolsistas e seu "eterno prejuízo".

Há um mito de que o aumento da média poderia elevar o número de dependências, causando problemas, sobretudo a alunos e alunas bolsistas. Nada mais inexato e preconceituoso.

Como já dissemos mais de uma vez. A Faculdade de Direito, conta com aproximadamente 2847 alunos matriculados. Desses, 403 são bolsistas, 265 com bolsas PRO UNI, 94 com bolsas FIES, e os outros restantes com bolsas de outro tipo. Desses, 403 bolsistas, 75 (setenta e cinco) alunos estão em regi-

me de dependência. Nada leva a crer que o aumento da média possa alterar significativamente esses números. Trata-se de mera suposição sem qualquer fundamentação fática ou científica.

Não se normatiza ou legisla para contemplar exceções!

Nunca se viu faculdades e Instituições despreocupadas com a qualidade de ensino, tomarem medidas que endureçam os padrões de avaliação.

O "GRUPO" não está considerando a inteligência do corpo discente ao fazer uma acusação tão leviana e inconsistente como essa.

Se desejam mais livros na biblioteca, façam uma campanha para doação junto a professores e editoras. Nós já a fizemos e renovamos esse pedido semestralmente. A ajuda de todos é bem-vinda;

Se desejam estudar menos,

pesquisar menos, acomodarem-se mais, obterem menos posições no mercado de trabalho, peçam transferência para cursos mais fracos e menos exigentes, fora da PUC-SP. As "UNI" estão aí, sedentas por alunos e alunas acomodados, e que não tem tempo livre para estudar, muitas bem próximas a PUC-SP, podem ir a pé inclusive!

Se deseja o "GRUPO" "duas semanas de provas" e a diminuição da carga horária do Curso de Direito, pressionem os senhores deputados federais e senadores e as autoridades educacionais para alterarem a legislação e a duração do curso de Direito. Consigam audiência com o Ministro da Educação e exponham suas razões.

Opinião cada um tem a sua! Respeitem a do próximo, e a de quem quer estudar e melhorar pelo conhecimento, reflexão e

esforço individual, sua condição de vida.

Acostumem-se a respeitar as regras do direito, mesmo o, sobretudo se não tiverem sido formuladas pelo "GRUPO". Assim estarão respeitando o "Estado Democrático de Direito" e a liberdade de expressão. Esta, aliás, ao contrário do que afirmam equivocadamente, não é ilimitada (como qualquer direito) e deve respeitar o espaço universitário e suas legítimas expressões culturais.

Contra a mediocridade! Contra a acomodação! Todo apoio a melhoria da qualidade de ensino! Mais exigência, mais respeito aos nossos valores e a nossa tradição. Defenda seu diploma da PUC!

**A Direção da Faculdade de
Direito.**

Moção de apoio da APROPUC a ex-aluno inadimplente

Através desta carta, a APROPUC vem manifestar seu posicionamento a respeito da perseguição institucional que vem sofrendo o ex-aluno da PUC-SP Roberto Lopes da Silva Junior. Como docentes, assistimos a PUC-SP mudar paulatinamente de práticas comunitárias para intransigência frente à carência econômica. Nosso ex-aluno adquiriu bolsa de estudos comprovando que não possuía condições de arcar com as mensalidades, ao mesmo tempo em que ingressou na universidade através do vestibular. A modalidade de bolsa chamada de "Restituível" era concedida nos anos 80 e 90 dentro de uma política que se valia de um Expediente Comunitário, vinculado à Vice Reitoria Comunitária.

Durante muitos anos, quando os ex-alunos não conseguiam restituir os valores exatamente como eram cobrados, os mesmos eram parcelados. Negociar era uma tradição da PUC-SP.

A partir do início do século XXI, a instituição adquiriu outras posturas, substituindo a negociação que era realizada com o Expediente Comunitário por um setor de Contas a Receber. Extinguiu-se o diálogo e as cartas de propostas de negociação, para virem à tona as ameaças e as cobranças judiciais.

Sendo uma universidade filantrópica, a PUC-SP deveria reservar 20% de suas vagas para bolsistas. Porém, a modalidade de bolsa que deveria ser a principal, a "Bolsa Doação", é praticamente desconhecida dentro da universidade. A Bolsa Restituível não existe mais. Mas a PUC continua recebendo isenções fis-

cais por ser filantrópica e 50% das bolsas existentes hoje são do ProUni, confirmando que quem faz inclusão social na PUC-SP atualmente é o Governo Federal, e não a Fundação São Paulo. Lamentável quadro para uma instituição que continua gozando da condição de filantrópica, e que assim sendo não deveria trabalhar com uma política de cobrança nos moldes bancários.

A partir destas constatações, não nos caberia outro papel na história do ensino brasileiro a não ser nos posicionar contra este tipo de perseguição, que pune um cidadão em dia com os seus deveres porque o mesmo foi vítima de uma radical mudança institucional, ao mesmo tempo em que é de conhecimento público que o ex-aluno nunca recusou pagamento, somente não pode cumprir com os moldes

pré-estabelecidos pela universidade. É inadmissível que nosso ex-aluno seja ameaçado de ter seus bens confiscados, seguido da ameaça de assistir seus pais serem despejados do único imóvel que possuem e que utilizam como moradia.

A diretoria da APROPUC se posiciona a favor da retomada das negociações nos mesmos moldes da época em que a bolsa de estudos foi concedida para o ex-aluno da PUC-SP. Somos a favor da promoção intelectual, e não da retaliação para quem buscou honestamente novas perspectivas de vida. Manifestamos, nestes termos, todo nosso apoio a nosso ex-aluno Roberto Lopes da Silva Junior.

**Professora Dra Maria Beatriz
Costa Abramides
Presidente da APROPUC**

MOVIMENTOS SOCIAIS

Polícia reprime com violência manifestações no Rio e São Paulo

Em manifestação na sexta, 18/3, contra a vinda de Obama para o Brasil, realizada em frente ao consulado americano, no centro do Rio de Janeiro, 13 pessoas foram presas. As mulheres foram levadas para o presídio de Bangu, na zona oeste da cidade, e os homens para o presídio de Água Santa, na zona norte. Entre os presos havia militantes do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). O grupo foi acusado pela polícia de lesão corporal, dano ao patrimônio e tentativa de incêndio, já que um coquetel molotov foi lançado contra a embaixada.

Nenhuma prova contra os manifestantes havia sido obtida, mas, mesmo assim,

continuaram presos. Apenas foram soltos na segunda, 21/3, já que sem as provas não poderiam ser incriminados. A razão política para a prisão dos manifestantes é muito clara.

Em São Paulo, a manifestação contra o aumento da passagem, na quinta, 17/3, terminou novamente em conflito com a polícia. Em sua décima semana consecutiva, cerca de 300 estudantes protestavam contra os preços abusivos do ônibus (R\$ 3,00) e metrô (R\$2,90), a tarifa mais cara do país.

Durante seu trajeto a manifestação ocorria tranquilamente, porém, ao chegarem à estação de metrô Anhangabaú, os manifestantes se dirigiam para pu-

lar as catracas quando tanto a polícia quanto a segurança do metrô agiram contra o protesto. Com bombas e muita violência, diversos manifestantes ficaram feridos.

O estudante de jornalismo da PUC-SP, Guilherme Zocchio, estava com outros estudantes da sua sala realizando uma matéria para a faculdade, quando foi rendido e agredido, acredita-se que por um policial disfarçado, e além da violência sofrida, o equipamento de filmagem da universidade também foi alvo do ataque.

A APROPUC repudia a ação da polícia e presta solidariedade aos manifestantes.

Tribunal Popular convoca Tribunal da Terra

Em 2011, na segunda edição do Tribunal Popular da Terra, os articuladores pretendem discutir a relação entre o desenvolvimento do país, tendo o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como carro-chefe, versus a opressão que a população do campo e os povos originários vêm sofrendo. Na ocasião, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 em contraposição aos reais interesses e necessidades do povo brasileiro também serão discutidas. O Tribunal Popular pede que os coletivos, militantes e estados que quiserem participar da construção do Tribunal Popular da Terra, que enviem informações para tribunalpopular2010@gmail.com, ou www.tribunalpopular.org para acompanhar os debates.

Continua luta pela liberdade de Gegê

Nos dias 4 e 5/4 será realizado o Júri Popular de Luiz Gonzaga da Silva, também conhecido como Gegê, militante do movimento popular de moradia em São Paulo. Desde o início das investigações, uma série de movimentos sociais e entidades civis denunciaram o caráter de repressão do processo.

Por isso, o comitê Lutar Não É Crime está reunindo moções de apoio e organizando protestos para fortalecer a campanha pela liberdade de Gegê. Para mais informações sobre o caso, acesse o endereço <http://lutarnaoccrime.blogspot.com>. A APROPUC apoia a campanha e pede a liberdade para Luiz Gonzaga da Silva.

No RJ, seminário debate POLOP

No dia 29/3, no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional - Auditório da Praça da República, 173, Centro), será realizado o Seminário *A importância da POLOP na História Contemporânea do Brasil*. A ideia é debater os depoimentos e posições de ex-militantes sobre o a atuação da organização entre os anos de 1961 e 1964. Para se inscrever no Seminário, PI@arquivonacional.gov.br. Maiores informações em www.centrovictormeyer.org.br.

Carta aberta aos três poderes

A APROPUC assinou a "Carta Aberta aos 3 Poderes", sobre a sentença da OEA no Caso Gomes Lund, que exige o imediato cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Acesse o site da APROPUC para ler a íntegra da Carta Aberta.

Ato denuncia racismo e genocídio da população negra

Na segunda-feira, 21/3, foi realizado o Ato Contra o Genocídio da População Negra em São Paulo. A data marca o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Na ocasião, uma série de organizações, movimentos populares e entidades civis denunciaram a política racista e o genocídio contra a população pobre e negra no Brasil.

PRÓXIMOS PASSOS

A manifestação foi realizada na Praça Ramos, no centro de São Paulo, e, além das denúncias, foram realizadas atividades culturais e panfleta-

gem. Os militantes também marcaram uma reunião do Comitê de Mobilização Contra o Genocídio da População Negra, que foi realizada no dia 25/3.

O objetivo é dar continuidade às manifestações, com ações de base no mês de abril para mobilizar as pessoas para o ato 13 de Maio de Luta, data da abolição dos escravos no país.

A APROPUC ajudou a construir o ato Contra o Genocídio da População Negra e continua acompanhando as movimentações do Comitê. Para maiores informações acesse: www.contra-genocidio.blogspot.com.

ROLA NA RAMPA

Professores e funcionários terão antecipação de 5%

Na semana passada a Fundação São Paulo reuniu-se com as diretorias da APRO-PUC e AFAPUC para comunicar a disposição da mantenedora de antecipar 5% nos salários dos professores, por conta do acordo coletivo de trabalho que ainda está em discussão entre os sindicatos de professores e funcionários e as mantenedoras.

Os trabalhadores estão reivindicando 9% de reajuste, índice correspondente à variação da cesta de índices mais aumento real. A Fundação São Paulo antecipará 5% aos salários de seus trabalhadores e incorporará o restante assim que o acordo for assinado.

Na reunião a professora Bia Abramides, presidente da APROPUC, retomou alguns

pontos que vêm norteando as discussões dos docentes, como a não inviabilização de turmas e cursos antes que seja realizado o vestibular complementar, a publicização adequada dos exames vestibulares e uma melhor política de mensalidades que contemple os cursos de menor procura com mensalidades mais baixas.

Entre os dias 25/3 e 10/4 deverá ser divulgada a sentença sobre o pagamento da dívida da PUC-SP referente aos 7,66% não incorporados aos salários docentes no ano de 2005. A juíza deverá se pronunciar sobre o pagamento dos atrasados que em dezembro de 2010 atingiu um valor de 648% sobre um salário docente de 2005.

Consun e Consad nesta semana

Nesta segunda, 28/3, ocorre mais uma reunião ordinária do Consad. Entre os pontos de pauta a serem debatidos está a Agência de Jornalismo Online, aprovada em todas as instâncias da universidade e que ainda não foi instalada em sua totalidade, já que a sua implementação foi o acordo para o fim da greve do curso em novembro de 2010. Professores e estudantes estarão presentes para acompanhar o desenvolvi-

mento da questão.

Outro órgão a se reunir essa semana, na quarta, 30/3, é o Consun, reunião na qual será debatida a ação administrativa revisional onde a estudante Viviane Cantarelli pleiteia a nulidade da vergonhosa sindicância instaurada para ela e outros nove estudantes escolhidos aleatoriamente em 2007, pela então gestão da Reitora Maura Verás, para apurar a ocupação da Reitoria pelos estudantes na época.

Orientação profissional para funcionários

Em parceria com a Clínica Psicológica e o Setor de Atendimento Comunitário (PAC), a DRH oferecerá serviço de orientação profissional para os funcionários administrativos da PUC-SP. Serão realizados dez encontros, sempre às quintas-feiras, das 19h às 20h40, com previsão de início para o dia 7/4. O serviço é gratuito e terá supervisão da professora Patrícia Mortara, do departamento de Psicologia. O objetivo dos encontros é fazer com que o funcionário possa escolher ou repensar sua carreira profissional. Os interessados devem entrar em contato com a Clínica Psicológica até o dia 5/4, nos telefones (11) 3670-8040/ 8041.

Nu-Sol promove ciclo de filmes

Entre os dias 28 e 31/3, sempre às 11h e às 18h, no Auditório Paulo Freire (Mezanino do TUCA), o Nu-sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) promoverá o ciclo de filmes Justiça e Política. Confira a programação: no dia 28/3, será exibido *Investigação sobre um cidadão acima de qualquer suspeita*, de Elio Petri; *O Escritor Fantasma*, de Roman Polanski, no dia 29/3; no dia 30/3, *A Conversação de Francis Copolla*; e, por último *Terra em Transe*, de Glauber Rocha. Também haverá debate sobre o tema e os 47 anos do Golpe de Estado no Brasil com participação de Miguel Chaia, Lúcio Flávio de Almeida e Edson Pasetti.

Caravana da Anistia na PUC-SP



A Caravana da Anistia se reúne no TUCA

Mais uma atividade da Caravana da Anistia aconteceu na sexta 18/3. Em sua 48ª edição, contou com evento no TUCA, na PUC-SP, para homenagear os professores da universidade perseguidos pela ditadura militar brasileira. A PUC-SP tem hoje duas professoras que lutaram contra o regime ditatorial,

foram presas e anistiadas, Rosalina Santa Cruz e Marijane Lisboa, ambas da Faculdade de Ciências Sociais. A atividade contou também com a inauguração do Auditório Dom Paulo Evaristo Arns, grão-chanceler que na época do regime ajudou a manter o caráter combativo, democrático e plural da PUC-SP

Julien Terrié ministra palestra no Sinsprev

No dia 29/3, às 19h, na Sede do Sinsprev (Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência de SP) será realizada a palestra A Crise Econômica, Reforma da Previdência e Mobilizações Populares na França, ministrada pelo membro do setor da saúde do novo Partido Anticapitalista da França, Julien Terrié. Ele é servidor público do hospital de Toulouse, no sul da França. O sindicato é localizado na Rua Antonio de Godoy, nº 88, 2º andar, Centro-SP.

Ciclo discute cinema e pensamento complexo

A Faculdade de Ciências Sociais, o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, o Núcleo de Estudos da Complexidade (Complexus) e a Prof. Dra. Beatriz Lourenço Peixoto Galves promovem o ciclo de filmes *Películas e Ideias*. Haverá exibição de oito filmes, seguidos de debate, nas seguintes datas: 25/3, 29/4, 27/5, 17/6, 26/8, 30/9, 28/10 e 25/11, sempre no Auditório Paulo VI, no Saguão da Biblioteca.